

A nova lei de terceirização e as notícias na TV: uma reflexão sobre o enquadramento dos personagens nas narrativas do Jornal Nacional¹

Heitor Costa Lima da ROCHA²

Mariana Banja Bezerra CORREIA³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Este artigo tem o objetivo refletir sobre como se comporta o personagem nas narrativas, em especial nas telejornalísticas. Observa-se os enquadramentos que os personagens assumem no texto, quando abordado o assunto da nova lei de terceirização. Um corpus composto por seis edições do Jornal Nacional (TV Globo), veiculadas em março deste ano, é analisado. O estudo aponta para uma construção narrativa que quase nada privilegia a discussão de um tema tão importante para a sociedade brasileira, negando possibilidades narrativas aos personagens, não favorecendo o esclarecimento da população, bem como a construção de narrativas emancipadoras.

PALAVRAS-CHAVE: personagem; enquadramento; telejornalismo; terceirização

Introdução

Presente em vários tipos de narrativas, seja o conto, a fábula, os quadrinhos, o romance e outros, *o personagem* é elemento fundamental para que uma narrativa exista. Não é, de fato, muito diferente do que ocorre nas notícias. Nas narrativas jornalísticas, também se pode observar que usualmente o personagem se constitui em um aporte necessário. Mas é imprescindível ressaltar que, no texto jornalístico, o personagem assume funções particulares, dada as peculiaridades desse gênero discursivo.

É nesse contexto – isto é, examinando a narrativa jornalística televisiva através dos personagens apresentados por ela - que buscamos entender a constituição do personagem. Não há dúvidas de que as notícias são produzidas como espaço de disputa de poder. O espaço midiático é, sim, uma esfera a ser ocupada pelos grupos sociais, que se organizam, no que lhe diz respeito, para ocuparem e terem visibilidade nessa pauta. E, invariavelmente, nos levam a refletir sobre o enquadramento que as narrativas assumem a partir dos personagens que a compõem.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Pós-Doutor em Comunicação pela Universidade da Beira Interior/Covilhã/Portugal (2015) e professor adjunto do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Email: helrocha@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco. Email: marianabanja@gmail.com

As narrativas como notícia

A narrativa fez-se presente desde que os hominídeos deixaram de se integrar através de sons e gestos e passaram a regular sua vida social como *homo sapiens* através de símbolos com significado idêntico, ou seja, do manuseio de um universo simbólico através da linguagem com dimensão normativa e civilizatória. Como afirma Motta (2013, p. 17), “vivemos mediante narrações”. É por meio dela que a civilização se constituiu. Está presente em várias formas de relatos – mito, lenda, fábula, conto, novela, pintura, vitral, cinema, quadrinhos, conversa e, claro, nas notícias.

A compreensão da narrativa, independentemente do seu gênero discursivo específico, passa pelo reconhecimento dos estágios de projeção de encadeamentos. Esse entendimento acontece ao se estruturar uma gramática comum, de modo a desvendar o seu discurso. O escopo básico para a clareza são os códigos, a estrutura formal, constituída por um feixe de categorias semânticas redundantes, organizadas num sistema próprio. Todos esses elementos devem interagir em harmonia com o contexto sociocultural, para que os sentidos do texto narrativo sejam construídos de modo coerente pela coletividade.

Nessa perspectiva, as narrativas se constituem como uma forma de representação social, devendo ser entendidas como o caminho por onde o discurso é revelado ao mundo exterior ao do narrador, sobretudo na sociedade *mediatizada*, quando as narrativas noticiosas assumem maior relevo, pois consistem em práticas essenciais dentro do processo de sociabilidade. “Representar é colocar algo no lugar do outro, criar um símbolo que é tomado como o próprio outro” (MOTTA, 2013, p.32).

O elemento personagem

O personagem é o elemento vivo de uma obra, podendo ser uma pessoa, um animal, um objeto. Deve-se entender por personagem tudo aquilo que o autor deseja que se torne um, desde que este esteja inserido num espaço e praticando uma ação, ainda que involuntária. “Não existe uma só narrativa no mundo sem personagem, ou ao menos sem agentes” (BARTHES, 1976, p. 13).

O uso de personagens nas narrativas está intimamente relacionado à necessidade do autor da mensagem de estabelecer pontos de ligação entre o que é narrado e a

realidade de quem recebe a mensagem. É como se coubesse ao personagem validar informações, compartilhar conceitos intersubjetivamente.

Como efetivamente não é nosso foco neste trabalho fazer uma digressão sobre como a teoria literária ao longo da história concebeu o personagem, podemos dizer que os estudos do elemento remontam a Aristóteles. O filósofo grego foi o primeiro grande responsável por associar, de forma sistemática, a semelhança existente entre a pessoa (real) e o personagem. Suas reflexões foram predominantes até meados do século XVIII. Uma concepção mais contemporânea sobre o tema só aparece no século XX, com a obra *Teoria do romance* (1920), de György Lukács.

A concepção de Lukács o personagem é resultante invariável das estruturas sociais, ao construir-se na reprodução do indivíduo problemático padrão. Em seguida, por volta de 1955, por meio da perspectiva dos formalistas russos, a noção de personagem passa a ser vista como um ser de linguagem, ganhando fisionomia particular. Desse momento em diante é que a teoria literária passou a entender o personagem como um signo, passando a estudá-lo através de uma concepção semiológica. Em outras palavras, os personagens não mais se explicam pelas “relações de semelhança com um modelo humano, mas em decorrência do tipo de relação que mantêm com os demais componentes da obra-sistema” (SEGOLIN, 1978, p. 28).

O personagem no jornalismo

Analogamente às narrativas literárias, o personagem no texto jornalístico assume características e funções próprias. Essas se relacionam umas com as outras, tendo como objetivo facilitar a assimilação dos papéis selecionados para esses “atores”. Esse vínculo apresenta-se como necessário, em razão das peculiaridades da narrativa de notícias e dos efeitos que ela pretende causar.

A narração – mesmo a não-fictícia -, para não se tornar em mera descrição ou em relato, exige, portanto, que não haja ausências demasiado prolongadas do elemento humano (este, naturalmente, pode ser substituído por outros seres, quando antropomorfizados) porque o homem é o único ente que não se situa somente “no” tempo, mas que “é” essencialmente tempo (ROSENFELD, 1987, p. 28).

Cabe então questionarmos: que papéis o personagem pode assumir nas notícias? É possível categorizá-los de acordo com a forma como aparecem, a partir da ideia de funções que assumem no texto? Pensando um pouco nisso, formulamos oito categorias

para auxiliar na compreensão de possíveis funcionalidades do personagem na narrativa telejornalística. São elas: *consonância*, *veracidade*, *humanização*, *identificação*, *abrangeência*, *atração*, *inteligibilidade* e *pedagogia*.

Essas categorias não são fixas, se relacionam umas com as outras e foram desenvolvidas motivadas pela necessidade de esclarecimento. Em suma, se um personagem assume qualquer uma dessas funções no texto, ele contribuirá, em algum nível, para narrativas mais próximas do público, pois estarão mais acessíveis, plurais, abertas à compreensão. Essas seriam, então, possíveis enquadramentos funcionais do personagem na narrativa jornalística.

Vamos discutir um pouco sobre as categorias. A primeira, a da *consonância*, indica que os personagens estão na narrativa para contar “velhas” *estórias* como se fossem “novas”. A diferença entre o aumento do quilo do arroz de um ano para outro está justamente no depoimento do personagem, no testemunho da dona de casa, por exemplo. Ao personagem cabe a missão de ser a novidade do contexto. O caráter de atualizar determinadas temáticas permite ao personagem quase que ser um acontecimento dentro daquele que se apresenta como “velho”.

Outrora, esse mesmo critério foi tratado em estudo de Traquina (2012). O valor de *consonância*, um dos doze enumerados por ele, liga o acontecimento que está selecionado com uma pré-imagem mental em que o “novo” acontecimento é construído em função de uma “velha” imagem ou de uma “velha” narrativa. O elemento, que foi explorado também pelo pesquisador português, implica que a notícia deve ser interpretada num contexto conhecido, tendo em vista que corresponde às expectativas do público.

O recurso da *veracidade* designa ao personagem o papel de tornar aquele discurso legítimo, aceitável para o público. É necessário, por exemplo, um cientista comunicar que o vírus *Zika* está controlado ou que a população ainda corre risco. Usufri do sentido da autoridade em relação a determinado assunto.

Outra razão pela qual os personagens compõem as narrativas é que se faz necessário *humanizar* o que se diz. Se a figura humana fosse dispensável no noticiário, equipes não mais sairiam às ruas para fazer matérias, se usaria, por exemplo, recursos de animação para simular a realidade. A *humanização* remete ainda à própria presença do personagem, uma vez que ele concentra em si a razão da narrativa, tendo seus dramas evidenciados em destaque. A *humanização* das notícias, que se baseia na

premissa de que o homem se interessa naturalmente pelo que é humano, tem a ver diretamente com os processos de *identificação* e *abrangência*.

O primeiro seria quando o personagem é utilizado para apresentar uma realidade, que o telespectador pode perceber. Vale salientar, com ares de novidade ou não. Aqui, não somente o fato do personagem elucidar, contradizer ou reforçar algo é que estabelece relação de identificação com o telespectador. O próprio ator ao se projetar de uma maneira tal propõe pontos de convergência e divergência, através da *identificação*, com quem o assiste. A *abrangência* depositada no personagem é para transmitir a sensação de compartilhamento. O dito precisa fazer sentido para um número razoável de pessoas. Esses recursos permitem que o acontecimento seja tomado como significativo pelo público.

Há ainda a função da *atração*. Por meio dela, o personagem deve tornar a matéria mais interessante ao telespectador. É torná-la mais compreensível, elucidativa e, por que não, mais atraente jornalisticamente falando. A sétima categoria é a que versa acerca da *inteligibilidade* do personagem. Deve-se tê-lo como recurso auxiliar do público na construção de sínteses significativas. O personagem funciona como elemento didático. Um bom exemplo sempre é algum professor/analista que entra na matéria para explicar determinada coisa.

O recurso *pedagógico* do personagem acontece quando, eventualmente, vem acompanhado da *inteligibilidade*. O ator, depois de tornar clara a informação, irá proporcionar ao público a mediação com diversos campos de conhecimento humano. Esse instrumento garante uma dimensão mais ampla ao jornalismo, porque termina orientando a sociedade.

A escolha pela TV e pelo telejornalismo

A televisão está presente em 97,2% dos lares no país, consoante a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013⁴ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pela TV, grande parte da população se diverte, se informa e constrói sua consciência de realidade. É através dela que se tem acesso às notícias de forma mais barata e mais cômoda, sendo os telejornais a principal fonte de informação da sociedade.

4

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>. Acesso em 31 de março de 2017

Tamanha expressividade é reforçada pelas informações trazidas na Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2016⁵: a televisão segue como meio de comunicação predominante no país. Encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a pesquisa revela que a TV é o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados, sendo mencionada pela quase totalidade da amostra.

Para além da relevância “quantitativa” da TV, optamos ainda por sua análise em razão do papel político que ela assumiu ao longo da história. Em especial, a TV Globo – e, nesta ocasião, adiantamos nosso interesse em analisar as narrativas do *Jornal Nacional* – possui uma trajetória marcada por polêmicas.

O *Jornal Nacional* nasce como resultado da articulação entre os interesses da elite brasileira e do governo militar e os ideais de modernização e de integração nacional, articulação que implicará no desenvolvimento, por parte da TV Globo, de uma estratégia que significou submeter-se à Ideologia da Segurança Nacional e à censura, ao mesmo tempo em que se transformava na principal emissora de televisão no Brasil (GOMES, 2012, p.46-47).

Metodologia

Temos como objeto de estudo de caso neste artigo as edições do *Jornal Nacional* da TV Globo dos dias 21⁶, 22⁷, 23⁸, 24⁹, 25¹⁰ e 27¹¹ de março de 2017. Em 22, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4302/1998, alterando a legislação sobre terceirização de mão de obra no país. Nossa opção pela véspera (dia 21) e por dias seguintes (23, 24, 25 e 27) à aprovação da lei é exatamente por auxiliar na recomposição do acontecimento jornalístico, bem como do seu enquadramento.

Partimos do princípio de que, por se tratar de uma alteração legislativa com impacto direto não só no mercado de trabalho brasileiro, mas sobretudo no ordenamento jurídico no que se refere aos direitos sociais e aos do trabalhador, tal assunto deve fazer

5

<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em 31 de março de 2017

6

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/21.html>. Acesso em 28 de março de 2017.

7

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/22.html>. Acesso em 28 de março de 2017.

8

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/23.html>. Acesso em 28 de março de 2017.

9

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/24.html>. Acesso em 28 de março de 2017.

10

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/25.html>. Acesso em 28 de março de 2017.

11

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/27.html>. Acesso em 28 de março de 2017.

parte da pauta do maior noticiário do país. A metodologia escolhida para o desenvolvimento do presente trabalho foi a da Análise de Conteúdo (AC) em Jornalismo. Embasamo-nos no fato de que a análise conteúdo “pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamento” (HERSCOVITZ, 2010, p. 123).

A essa proposta metodológica somaremos, onde encontrarmos registro de matéria, a análise complementar baseada nas categorizações por fonte, consoante a classificação proposta por Lage (2001), e por função do personagem (*consonância, veracidade, humanização, identificação, abrangência, atração, inteligibilidade, pedagogia*). Propomos então uma AC composta com dados qualitativos e quantitativos, mesmo com uma amostra de sete dias.

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifestos (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público no qual ele é dirigido (HERSCOVITZ, 2010, p. 126).

Para cada dia analisado, foi usada uma ficha, contendo as chaves: *tempo total do telejornal; se falou ou não sobre o tema da terceirização; se falou, por quanto tempo foi; se, em falando, houve menção na escalada; se, em falando, houve menção em passagem de bloco*¹². Outro grupo de chaves trata do formato da menção. É preciso verificar como se falou sobre assunto, através de que gênero discursivo dentro do telejornal: *Matéria*¹³; *Nota Coberta*¹⁴; *Nota Pelada*¹⁵. Se, em sendo *Matéria*, ver se fez uso de *Infográfico*¹⁶ e de *Personagem*.

¹²

<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Glossário Telejornalismo. Acesso 31 de março de 2017.

¹³

<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Glossário Telejornalismo. Acesso 31 de março de 2017.

¹⁴

<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Glossário Telejornalismo. Acesso 31 de março de 2017.

¹⁵

<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Glossário Telejornalismo. Acesso 31 de março de 2017.

¹⁶

<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Glossário Telejornalismo. Acesso 31 de março de 2017.

Sobre o uso de personagem, registramos as categorias de *Crédito* usado; o *tempo de fala*; a classificação da *fonte* (oficial/empresarial/individual/espontânea/etc); e se ela se posiciona *contra ou a favor* da mudança legislativa. É de se ressaltar que a nova legislação, no momento de escrita desse artigo, ainda não havia ido para a sanção presidencial.

Análises

Verificamos que apenas em duas edições, das sete estudadas, o Jornal Nacional tratou do assunto, o que equivale a 28% da amostra. A primeira menção acontece justamente no dia 22 de março, quando da aprovação da lei. A temática se apresenta em formato de *Nota Pelada*. Na edição, não há qualquer tipo de destaque para o assunto nos espaços privilegiados da *Escalada*¹⁷ e das *Passagens de Bloco* do noticiário. Registra-se que, neste dia, a edição do telejornal teve duração de 24'57", sendo dedicados ao assunto 43". O jornal neste dia teve três blocos, e a nota sobre o assunto foi lida no começo do último deles. Em termos percentuais, a menção à terceirização registrou 2,87% do tempo total do telejornal.

A segunda menção feita ao tema das novas regras da terceirização ocorre no dia seguinte à aprovação, em 23 de março. Nesta edição, cuja duração foi de 19'59", o assunto mereceu reportagem de 2'20". Percentualmente isso corresponde a 11,67% do tempo total da edição. Atendeu, portanto, ao formato de *Matéria*, sendo exibida no segundo bloco do telejornal, após destaque na *Escalada* e na *Passagem de Bloco*.

Tabela 1 – Análise Geral

Edições por data	Tempo Total	Tempo destinado ao tema	Destaque por "escalada"	Destaque por "passagem de bloco"	Formato de veiculação do tema	Infográfico
21/3	44'22"	-	-	-	-	-
22/3	24'57"	39"	-	-	Nota Pelada	-
23/3	19'59"	2'20"	Sim	Sim	Matéria	Sim
24/3	42'06"	-	-	-	-	-
25/3	31'32"	-	-	-	-	-
27/3	39'	-	-	-	-	-

17

<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Glossário Telejornalismo. Acesso 31 de março de 2017.

Como só no dia 23 de março houve a produção de *Matéria*, apenas aqui foi possível aplicar o enquadramento das fontes, bem como fazer a correlação com as categorias funcionais relacionadas ao personagem.

Tabela 2 – Número de personagem por matéria

Edição com personagem	Quantos personagens aparecem na matéria
23/3	3

Na reportagem, há uma primeira fonte, o deputado federal Laércio Oliveira (Solidariedade-Sergipe). Ele é o relator do Projeto. Enquadramos como *fonte oficial/favorável à mudança da Lei. A sonora dura 23"*.

Nos próximos seis meses, nós teremos uma diminuição do desemprego no país. Por que? Porque vai existir segurança jurídica agora. O empresário vai ter condição de terceirizar atividades que ele antes não gostaria de fazer, porque ele passa a ter segurança jurídica. Isso é o que o Brasil precisa (OLIVEIRA, 2017).

A segunda fonte usada na matéria é Pedro Capanema, creditado como *consultor jurídico da Firjan*, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Ele fala por 17" e, em resumo, acredita que o projeto beneficiará o trabalhador, porque a Lei vai exigir que as empresas sejam bem estruturadas. Enquadramos como *fonte empresarial/favorável à mudança da lei*.

As empresas que terceirizam, elas tem que comprovar que são sólidas. A terceirização se dá em serviços especializados e você tem também a possibilidade que o empregado cobre aqueles direitos trabalhistas, não só de uma empresa, mas como também da empresa que recebeu o serviço (CAPANEMA, 2017).

A terceira fonte é chamada pela repórter (Zileide Silva) de “economista”, mas é creditada *como professor de Relações do Trabalho da USP*, José Pastore. Ele sustenta sua argumentação por 12" e afirma que a terceirização irrestrita não vai reduzir salários. Enquadramos como *fonte especializada/favorável à mudança da lei*.

Esse projeto vai estimular as empresas a entrar em novos negócios e expandir as suas vagas e, portanto, aumentar a oferta de postos de trabalho, criando emprego, que é um outro grande benefício para o trabalhador (PASTORE, 2017).

Tabela 3 – Detalhamento por personagem

Edição 23/3	Créditos	Tempo de fala	Categoria da fonte	A favor ou contra ao projeto
Personagem 1	Relator do projeto	23"	Oficial	Favorável
Personagem 2	Consultor da Firjan	17"	Empresarial	Favorável
Personagem 3	Professor de relações do Trabalho da USP	12"	Especializada	Favorável

Sobre as funções que assumem, em harmonia com as categorias supracitadas, temos o seguinte retrato:

Tabela 4 – Funções aplicáveis aos personagens analisados

Funções	Personagem 1	Personagem 2	Personagem 3
Consonância			
Veracidade	x	X	x
Humanização			
Identificação	x	X	x
Abrangência			
Atração			
Inteligibilidade			
Pedagogia			

Discussão

Após analisar a amostra, propomos uma discussão do conteúdo veiculado à luz da teoria do enquadramento. Para começo, é interessante situar que o enquadramento é um conceito cunhado dentro das ciências sociais por Goffman (1974). Só quatro anos depois é que Tuchman (1978) vem demonstrar de como o enquadramento das notícias define e constrói a realidade.

A pesquisadora argumenta que as notícias moldam os acontecimentos. Na metáfora da janela para o mundo, a autora assevera que uma mesma paisagem pode receber leituras – enquadramentos – diversas. As notícias seriam, portanto, um “fenômeno social partilhado”. Nessa interpretação, está contida a ideia de que as notícias revelam uma parte do mundo como também devolvem a ele uma outra dimensão desse mesmo mundo. Tal movimento, de circularidade, é também anotado para quem consome a notícia. Dizemos isso para evitar a ideia de que o público não possui sua autoridade, ou seja, capacidade de interpretação e (re)significação.

Considerando isso, um primeiro ponto a trazermos é que nenhuma das duas narrativas que falam sobre a nova lei de terceirização trouxeram um ponto de vista contrário à medida. Tanto na *Nota Pelada*, lida pelo apresentador do jornal, absolutamente factualizada, quanto na matéria de 2'20'', não foi destinado tempo para uma outra versão que não uma favorável ao projeto.

Contrariando o princípio básico do jornalismo, aquele que conhecemos por “ouvir os dois lados”, observamos uma matéria sem contraditório. O enquadramento único, de que o projeto é necessário e bom para o trabalhador, para o empresário e para o país (essas três dimensões aparecem), é reforçado pelas falas dos personagens (1, 2 e 3). O jornal não se vale de ninguém que apresente uma ressalva ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, mesmo em uma edição fechada um dia depois da votação. O fator tempo neste lugar não pode ser alegado como empecilho para ausência de vozes dissonantes.

O silenciamento de outros possíveis e viáveis personagens contrários à lei ficou evidente. Interessante registrar que dentro desse universo seria plausível, inclusive, se ter acesso a fontes relacionadas ao mundo oficial, a exemplo o Ministério Público do Trabalho. Referimo-nos dessa maneira porque sabemos que, dentro das rotinas produtivas, o jornalismo prioriza fontes dotadas de credibilidade/institucionalidade.

Assim, com versões uníssonas em suas matérias, a mídia estreitou claramente a noção de jornalismo e da democracia. A narrativa com ausências de membros da esfera pública, como pudemos observar, evidencia como também, de alguma forma, este sistema midiático, de natureza comercial, foi absorvido pelo sistema político.

Aqui não podemos deixar de tensionar com o que propõe Habermas (1997), quando trata do tipo de influência que circula na esfera pública e no sistema político e de como esses se relacionam com o direito e a democracia. Ele propõe uma discussão baseada em três modelos de deliberação: *inside access model* (modelo de acesso interno), *mobilization model* (modelo de mobilização) e o *outside initiative model* (modelo de iniciativa externa).

No primeiro caso, a iniciativa é dos dirigentes políticos ou detentores do poder: antes de ser discutido formalmente, o tema segue o seu percurso no âmbito do sistema político, sem a influência perceptível da esfera pública política ou até com a exclusão dela. No segundo caso, a iniciativa é do sistema político; porém, seus agentes são obrigados a mobilizar a esfera pública, uma vez que necessitam do apoio de partes relevantes do público para atingir um tratamento formal ou para conseguir a implementação de um programa já votado. Somente no terceiro caso, a iniciativa pertence às forças que se

encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública (HABERMAS, 1997, p. 113-114).

Ora, observando por esse viés da teoria democrática, é interessante dar conta de que, pelas narrativas apresentadas, a deliberação sobre o assunto, conforme enunciado pela mídia, acontece com base nos modelos de acesso interno (voz do deputado) e de mobilização (vozes do consultor da Firjan e do professor da USP). Habermas diz, inclusive, que esses modelos de deliberação são os que mais acontecem nas sociedades, fazendo prevalecer os interesses das elites que controlam a estrutura de poder (o aparelho de Estado e as grandes corporações do mercado).

Enquanto o sistema político for dominado pelo fluxo informal do poder, a iniciativa e o poder de introduzir temas na ordem do dia e de torná-los maduros para uma decisão pertence mais ao governo e à administração do que ao complexo parlamentar; e enquanto os meios de comunicação de massa, contrariando sua própria autocompreensão normativa, conseguirem seu material dos produtores de informação – poderosos e bem organizados – e enquanto eles preferirem estratégias publicitárias que diminuem o nível discursivo da circulação pública da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social (HABERMAS, 1997, p. 114).

Conjecturando sobre a eventualidade do terceiro modelo, que seria mais natural em sociedades igualitárias, ou que buscam a igualdade mais claramente, seria possível vislumbrar a inserção de uma fonte dissonante às que foram usadas nas matérias. Dar voz a esses outros atores sociais ao longo da narrativa seria uma “chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando destarte o modo de solucionar problemas de todo o sistema político” (HABERMAS, 1997, p. 115).

Tais considerações apenas reforçam a ideia de que o terceiro modelo está relacionado à ideia de uma ação da periferia e que esta, por sua vez, dentro do objeto em análise, estaria relacionada, por exemplo, à figura dos trabalhadores. Como estão situados no terceiro modelo de deliberação fazem parte necessariamente de um grupo que se encontra fora da estrutura de poder governamental e empresarial.

Assim, para serem considerados dentro da deliberação política, precisariam articular uma demanda; propagar em outros grupos da população o interesse na questão,

para ganhar espaço na agenda pública e, por fim, já com a pressão suficiente, adquirir poder de decisão, dentro da lógica formal de deliberação.

Pois, para atingir o grande público e a ‘agenda pública’, tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia. Às vezes é necessário o apoio de ações espetaculares, de protestos em massa e de longas campanhas - acesso disruptivo - para que os temas consigam ser escolhidos e tratados formalmente, atingindo o núcleo do sistema político e superando os programas cautelosos dos ‘velhos partidos’(HABERMAS, 1997, P. 116).

Aqui estabelecemos finalmente o diálogo de Habermas com Molotch e Lester (1974), que tratam da ideia de “acesso regular à mídia”. Os trabalhadores, por não o terem, necessitam “fazer notícia”, para serem incluídos no noticiário, ficando nítida a preferência do Jornal Nacional pelas fontes do *establishment*.

Essencial aduzir, para fins de esclarecimento, que instantes depois a aprovação do projeto a Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) publicou nota lamentando o fato¹⁸. Na manhã do dia seguinte, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) também se pronunciou sobre o assunto¹⁹. Na sexta, dois dias após a aprovação, o Ministério Público do Trabalho emitiu nota técnica informando sobre pedido de veto integral do projeto a ser encaminhado ao presidente Michel Temer²⁰. Nada disso foi abordado pelo noticiário.

Dessa forma, sugerimos que o Jornal Nacional optou por reduzir a moldura dos seus enquadramentos, onde exclusivamente couberam versões favoráveis ao projeto. Ora, os significados da realidade difundidos pelos meios de comunicação e sua repercussão nos significados dessa mesma realidade para as audiências é real.

O papel de agendamento desempenhado pelos veículos noticiosos é sua influência na saliência de um assunto, sua influência sobre se algum número significativo de pessoas realmente considera que vale a pena sustentar certa opinião sobre um assunto. Enquanto muitos temas competem pela atenção do público, somente alguns são bem-sucedidos em conquistá-lo, e os veículos noticiosos exercem influência significativa sobre nossas percepções sobre quais são assuntos mais importantes do dia (MCCOMBS, 2009, p. 19).

¹⁸

<http://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25081-terceirizacao-anamatra-lamenta-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-libera-a-pratica-em-todas-as-atividades-da-empresa>. Acesso em 31 de março de 2017.

¹⁹

<http://www.anpt.org.br/imprensa/noticias/3023-anpt-critica-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-libera-terceirizacao-indiscriminada-nas-empresas>. Acesso em 31 de março de 2017.

²⁰

<http://migre.me/wlBwe>. Acesso em 31 de março de 2017.

Na análise ainda constatamos, além da opção feita por personagens com acesso privilegiado aos *media*, a opção por excluir o cidadão comum, que poderia ser entrevistado como trabalhador em si. Poderia ele ser terceirizado ou não.

Outro ponto de análise que gostaríamos de apontar é que, em que pese o jornal não ter trazido a fala – em formato de entrevista – de um trabalhador, usou sua imagem no começo da *Matéria* para cobrir locução em *Off*²¹ da repórter. Nas tomadas de imagens, há predominância por homens e mulheres que trabalham como terceirizados nas atividades de asseio, conversação e vigilância. Há meramente uma tomada que mostra pessoas trabalhando em escritório. Majoritariamente silenciosos e silenciados na *Matéria*, enquanto personagens, esses trabalhadores apresentados poderiam dar voz a um universo de 13 milhões de empregados, número atual de terceirizados no país.

Por fim, vale registrar que os personagens usados na matéria preenchem duas das oito funções por nós elencadas, sendo elas as da *veracidade* e da *identificação*. No entanto, isso não foi suficiente para alcançar os ideais de pluralidade a que se busca idealmente na narrativa jornalística.

Considerações finais

Efetivamente, talvez os dados apresentados não impressionem o leitor com relação ao posicionamento conservador assumido pela Rede Globo e pelo Jornal Nacional, postura quase que constante ao longo das suas trajetórias. No entanto, é de se reconhecer que a importância deste estudo recai na forma como avaliamos as relações entre mídia e poder. “A mídia é o espaço onde a política acontece” (PORCELLO, 2008, p. 52). Para Canclini (1999),

Os meios de comunicação substituíram partidos, sindicatos, intelectuais. A aparição súbita desses meios põe em evidência uma reestruturação geral das articulações entre o público e o privado que pode ser percebida também no novo ordenamento da vida urbana, no declínio das nações como entidades que comportam o social e na reorganização das funções dos atores políticos tradicionais (CANCLINI, 1999, apud PORCELLO, 2008, p. 52).

E, dentro desta percepção, dar-se conta de como é fundamental o estudo do personagem, por nos fornecer pistas relevantes sobre como a narrativa está sendo constituída. Reconhecer, portanto, que os personagens dentro do texto telejornalístico merecem destaque quando se busca clarificar as operações discursivas nas matérias.

²¹

<http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Glossário Telejornalismo. Acesso 31 de março de 2017.

Está nos personagens, normalmente chamados de fontes, a grande possibilidade do jornalismo exercer seu grande potencial de identificação através da comunicação intersubjetiva. Sendo assim, é neste movimento de apropriação da análise dos personagens que conseguimos mapear com mais propriedade os enquadramentos das notícias.

Compreendemos que está no elemento “agente das narrativas” as diversas funções operativas que pode exercer no texto – taxadas exemplificativamente neste trabalho – e que elas tanto podem contribuir para uma comunicação voltada para o entendimento e para emancipação dos sujeitos, como, infelizmente, por outro lado, podem concorrer para a reprodução das múltiplas distorções do mundo da vida, como constatamos nesta análise. Assim, não temos dúvidas que as notícias, enquanto estruturas narrativas, contribuem para a construção social da realidade.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- CAPANEMA, Pedro. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017
- GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Análise de telejornalismo: desafios teóricos-metodológicos**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Volume II, 1997.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MOLOTCH, Harvey e LESTER Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: Questões, teorias, estórias**. Lisboa: Vega, 1993.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- OLIVEIRA, Laércio. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017
- PASTORE, José. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017
- PORCELLO, Flávio A. C. Mídia e Poder: os dois lados de uma mesma moeda – A influência política da TV no Brasil. In: VIZEU, Alfredo (Org.) **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CANDIDO, Antônio (Org.). **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, p. 11-49.
- SEGOLIN, Fernando. **Personagem e anti-personagem**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999. p. 258-262.
- TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1983.